

**VEREADOR PROFESSOR WAMBERT (PROS) – Comunicação de**

Líder: Sr. Presidente, colegas vereadores; Ver. João Carlos Nedel, Ver. Ricardo Gomes, Ver. Cassiá Carpes, quero dizer que eu subo nesta tribuna com o constrangimento gigantesco pelo carinho, afeição, amor, respeito, história de relação de muita amizade que eu tenho com o PP, fui professor voluntário da Fundação Tarso Dutra durante décadas, apoiador da candidatura do nosso senador Heinze para governador, para senador. Sou amigo do PP, a bancada sabe

disso, mas sou obrigado a vir aqui para externar minha perplexidade diante desse golpe que se tenta implantar na Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Um fato dessa gravidade, um libelo com 200 páginas não pode ser votado, vereadores, sem ser discutido, por respeito à sociedade de Porto Alegre. Nós somos 36 magistrados hoje aqui que farão um juízo de admissibilidade; Ver. Mauro Zacher, é uma sentença, é uma decisão, dentro de um processo legislativo e administrativo em que nós seremos magistrados. Então, estamos convivendo aqui com um conjunto de mentiras, sofismas, com aparência de verdade, e a primeira delas é a nossa condição de ler essa peça – foi distribuída no SEI às 12h12min, quando estávamos almoçando, para começar; às 12h12min ela foi distribuída no SEI. E mais, o SEI não é um instrumento idôneo porque ele não nos notifica. Nós estamos falando de um processo, senhores, que poder tirar um prefeito na sua última consequência, eleito pelo povo de Porto Alegre. Isso não pode ser tratado com essa leviandade. Nós estamos passando vergonha, vereadores! Nós estamos passando recibo para a sociedade porto-alegrense que isso aqui é uma chicana, que isso aqui não é sério, que isso aqui não é um Parlamento, que isso aqui é uma palhaçada, um circo – só falta armar a tenda sobre nós! É esse o recibo que estamos passando para a Cidade de Porto Alegre. Como é que nós vamos votar uma coisa dessa gravidade sem o contraditório. É um princípio constitucional sem o contraditório, sem nós, Ver. Freitas, que somos os magistrados que vamos decidir essa admissibilidade sem poder discutir. Isso é uma vergonha!

A segunda vergonha é o argumento do machismo! Com todo respeito a nossa Presidente que não está aqui, mas deve estar ouvindo no seu gabinete, isso apequena o Parlamento, é ridículo. Eu quero repudiar esse sofisma a que foi levado esta Casa, sobre essa história de machismo. Em nome da minha filha, em nome da minha mulher, em nome das minhas

assessoras, em nome da minha mãe, em nome das minhas duas irmãs, em nome de todas funcionárias desta Casa, em nome de todas as vereadoras e da própria Presidente que sempre tiveram nosso respeito, isso é a mais absoluta falta de argumento. É isso que a esquerda festiva faz, quando esgota argumento. Vereador, o senhor é da esquerda festiva? Então, não se acuse, não estou me referindo ao senhor. Mas o que esquerda festiva faz, quando não tem argumento, é atingir o outro: o outro é machista; o outro é homofóbico; é xenofóbico, etc. Isso apequena este Parlamento! Eu não vi, em nenhum momento, qualquer ato que desacreditasse a Presidente pelo fato de ela ser mulher. Nós desacreditamos pela lambança, incompetência, inclusive, na hora de requerida, ela se escondeu atrás do diretor legislativo que é homem, aliás – não está presente aqui também –, tem todo o nosso respeito. O nosso diretor legislativo sabe do respeito que eu tenho por ele, talvez o melhor diretor de Casa Legislativa do Brasil! O Luiz Afonso sabe do meu respeito, da minha admiração, do meu carinho por ele! Não é pessoal, mas é a postura, quando foi requerida, se escondeu atrás de um homem, não teve a condição de decidir! Todo o momento se esconde, nada ela decide. Isso é machismo? Isso não tem a ver com gênero, tem que a ver com postura, tem a ver com atitude.

Por último, a quebra de decoro, quando a Presidente vai ler um libelo acusatório, quando a Presidente, Srs. Vereadores, eu peço a atenção para a gravidade disso, isso é de ontologia e ética jurídica. Quando a Presidente, que é a principal magistrada da Casa, lê a acusação no papel de promotora de justiça, lê a acusação que foi escrita por alguém ligada a ela, que foi seu assessor na sua campanha, feito por outra do seu partido, e retaliação porque foi demitida do governo, ela quebra o princípio da imparcialidade, ela fere o decoro, Srs. Vereadores. Qualquer juiz, qualquer magistrado teria se declarado impedido se fosse um processo judicial, mas, não, ela fez questão de ler para as câmeras desta Câmara o libelo acusatório escrito, assinado pelo seu assessor. Muito obrigado.

(Texto sem revisão final.)